

Governo já sabia desde 92 que obra de escola tinha preço alto

Relatório feito há cinco anos sugeria suspensão do contrato

Angelina Nunes

• O Governo federal sabia desde novembro de 1992 que a construção de uma unidade de ensino em Nova Iguaçu estava onerando os cofres públicos e que o contrato assinado prejudicava a União. No entanto, esse detalhe não consta do relatório da auditoria especial realizada no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ). O relatório foi concluído em novembro do ano passado e culminou com o indiciamento de dez servidores, como O GLOBO informou na edição de ontem. A construção de uma escola técnica na Baixada Fluminense consumiu sete anos e US\$ 14,9 milhões, mas ainda está inacabada.

Uma auditoria especial no ano passado constatou várias irregularidades. Os fatos descritos nessa auditoria confirmam um outro relatório de 20 de novembro de 1992, encaminhado à Secretaria de Controle Interno/MEC. Naquela época já se concluía que a situação era crítica para o erário público e que os reajustes encaeciam a obra. O relatório sugeria a suspensão do contrato e a cria-

ção de um grupo de trabalho para rever a situação.

No quinto item da conclusão, a comissão sugere uma definição para liberação de recursos, destinando crédito diretamente para o orçamento do Cefet, "fugindo assim da ineficiência dos órgãos financiadores e da influência política no uso das verbas", conforme documento a que O GLOBO teve acesso ontem. A situação na construção da obra já tinha sido relatada no processo de prestação de contas do exercício de 1991 do Cefet-RJ. No contrato original com a empreiteira Cobrate, o prazo para a conclusão da obra era de 180 dias, a contar de 20 de janeiro de 1990. A assessoria do atual ministro da Educação, Paulo Renato Souza, informou que ele só vai se pronunciar sobre o assunto depois da conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

No confronto dos documentos, os servidores indiciados repassam a culpa para o Governo federal. Antônio Jorge Portugal Rodrigues, chefe do setor contábil e financeiro, afirma que está sendo usado como bode expiatório. Ele rebate as acusações de que foi

negligente e que teria beneficiado a empreiteira Cobrate.

— Isso é calúnia. Desde o início dessa obra que tudo é orientado pelo MEC. Todos no ministério tinham conhecimento de tudo — afirma Portugal.

A servidora Léa Pontes Castello Branco, outra indiciada no processo, também faz sua defesa acusando o Governo federal. Ela foi presidente da Comissão de Licitação juntamente com Portugal e ocupou o cargo de chefe da Procuradoria do Cefet-RJ. A funcionária apresentou documentos mostrando que o edital e o custo orçado da obra eram de responsabilidade do Ministério da Educação, em 1989. A pasta era ocupada por Carlos Sant'anna.

O atual diretor do Cefet-RJ, Marco Antônio Lúcid, também indiciado, por ter nomeado servidores para cargos na escola inacabada, apresentou cópias de ofícios pedindo providências do ministério, desde que assumiu o cargo em novembro de 1995. Ele também entrou com ação, que ainda não foi julgada com pedido de antecipação de tutela.

— Queremos tomar posse da obra e concluir a escola. ■